



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Av. Capitão Ena Garcez nº 2413, Bairro Aeroporto, CEP ,69.304-000
- Boa Vista/RR - Fone (095)621-3108 - Fax (095)621-3101



Resolução nº 005/2008-CUNI

Aprova o Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da UFRR junto à CAPES.

A **VICE-REITORA EM EXERCÍCIO NA REITORIA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o disposto no Processo nº. 23129.002251/2008-43, bem como o que deliberou o Conselho Universitário em sua reunião do dia 27 de junho de 2008

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID da Universidade Federal de Roraima junto à CAPES , em anexo;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista, 27 de junho de 2008.

Gioconda Santos e Souza Martinez

Vice-Reitora em Exercício na Reitoria

Publicado no mural da UFRR

Em ____/____/____

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

PROCESSO Nº 23129.002251/2008-43

**“Reflexão, diagnóstico e ação: buscando um novo cenário da
educação no ensino médio em Roraima”**

**Projeto a ser desenvolvido no Programa
Institucional de Bolsas de Iniciação à
Docência da UFRR junto à Capes.**

**Boa Vista
Junho-2008**

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Coordenação geral:

Prof^a Dr^a Vânia Graciele Lezan Kowalczuk

Representantes das licenciaturas participantes:

Prof^o Dr. Cássio Sanguini Sergio (Física)

Prof^o Lic. José Darcísio Pinheiro (História)

Prof^a MSc. Maria Lúcia Taveira (Química)

Prof^a Dr^a Maria Luiza Fernandes (História)

Prof^o MSc. Michael Lopes da Silva Rolim (Matemática)

Prof^o MSc. Raimundo Nonato Araújo Pedro (Matemática)

Prof^o Dr. Roberto Mibielli (Letras)

Prof^a Dr^a Silvana Túlio Fortes (Biologia)

INTRODUÇÃO

Com a desvalorização, cada vez mais acentuada, do papel do professor, enquanto profissional responsável direto pelo ensino-aprendizagem, torna-se urgente repensar várias questões relacionadas a esse processo. Algumas delas fogem à alçada específica das instituições formadoras, como as questões relacionadas a salários, condições de trabalho, carga-horária, dentre tantas outras indispensáveis ao bom desempenho profissional, que também devem ser pensadas, caso se pretenda, efetivamente, promover mudanças na educação, no sentido de valorizar a atuação do profissional de ensino. No entanto, outras estão mais diretamente ligadas às instituições de ensino e a principal a ser apontada diz respeito à própria formação inicial.

Neste contexto, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que na grande maioria das vezes estiveram à frente dos processos de transformação da educação, podem ter um papel relevante no que tange à avaliação e a proposição de novos rumos e práticas. Uma parcela destas instituições, de menor porte, à medida que suas estruturas lhes permite uma maior mobilidade institucional e um maior contato entre as áreas, pode ser ainda mais efetiva, no sentido de congregar, num diálogo interdisciplinar, a diversidade formacional no campo das licenciaturas, propondo soluções para este impasse.

No panorama geral das IFES, a UFRR pode ser considerada uma instituição de pequeno porte. Esta condição, aliada a sua situação geográfica, lhe garante uma condição ímpar. Por estar situada num Estado isolado, na Região Amazônica, e muito jovem do ponto de vista de sua constituição, enquanto tal, a UFRR apresenta um contexto *sui generis* no que tange às licenciaturas. Para se ter uma idéia, até meados da década de 90, nem um terço dos profissionais de ensino de RR tinham curso superior. A UFRR, pioneira no Estado neste tipo de formação, iniciou assim um processo de discussão contínua, conjugada ao esforço de formar profissionais para a educação em praticamente todos os campos do ensino, o que acabou resultando numa vocação cada vez maior para a formação pedagógica.

Não obstante a “vocação” para a licenciatura e abundância de público iniciais, em nossos dias, tangida pela falta de recursos e pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho desde então, as dificuldades têm se feito presentes nas graduações voltadas à formação de professores. O que fez com que sentíssemos, paulatinamente, a necessidade de buscarmos outras soluções mais efetivas para os problemas que nos afligem.

Embora, durante os últimos anos, viéssemos discutindo e construindo, através das reformulações dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) dos cursos de licenciatura, de fóruns institucionais de coordenadores de curso e do PRODOCÊNCIA (programa com a participação de cinco licenciaturas da UFRR - Biologia, História, Letras, Pedagogia e Química - que conta com financiamento do MEC), novas formas e práticas nas área de ensino e de formação de professores, sem o aporte de recursos estas mudanças não atingiriam um público mais amplo, num prazo mais imediato. Desse modo, esta proposta não pode ser vista como uma ação isolada, senão como parte de uma discussão maior, que está sendo efetivada, há algum tempo, na instituição, visando maior reflexão sobre várias questões, tais como: a ocorrência da dissociação

entre a teoria e a prática, a universidade e a escola, a docência e a pesquisa e a necessidade de maior interdisciplinaridade.

Algumas das ações já pensadas prevêm uma maior integração entre os campos do conhecimento, gerando uma maior troca de experiências, bem como o apoio mútuo dos participantes, visando evitar a dispersão de esforços. Surgido da proposta de “troca”, vivenciada no PRODOCÊNCIA, julgamos oportuno pensar este projeto a partir de uma perspectiva solidária, fator que tem servido para amparar os campos em que a interdisciplinaridade¹ é menos desenvolvida, no sentido de co-construir a experiência coletiva.

As primeiras atividades, nesse sentido, foram as de debates sobre as práticas de ensino trabalhadas em cada curso e as mudanças que estavam/estão sendo realizadas. Concomitante a isso discutiu-se sobre educação de modo mais amplo e o papel dos cursos na formação dos professores. Desses debates foram surgindo muitas inquietações e idéias para serem levadas aos cursos, como também à instituição como um todo e às escolas. Contudo, a principal discussão partiu justamente do entendimento de não se chegar com idéias prontas às escolas, senão construir com elas algumas possibilidades de mudanças no campo educacional.

Como colaboradoras, co-autoras e campo de desenvolvimento do projeto, além do CEDUC /Escola de Aplicação - UFRR, participam as Escolas Estaduais de Ensino Médio: Tancredo Neves, Ana Libória e Hildebrando Ferro Bitencourt .

OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto é incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio, visando valorizar o magistério e promover a melhoria da qualidade da educação.

São objetivos específicos:

- a) incentivar os estudantes que optam pela carreira docente, em proveito de uma sólida formação docente inicial;
- b) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas desta instituição federal de ensino superior;
- c) buscar uma maior integração da educação superior com a educação básica no ensino médio, de modo a estabelecer projetos futuros de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública;
- d) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação, e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

¹ No nosso entendimento esta é uma tentativa de “interdisciplinaridade” conforme exposto em Nunes (2001; págs 23 e 24) com base nos conceitos defendidos por Michaud, Japiassú e Resweber, citados pelo autor.

e) valorizar o espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica;

f) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola;

g) permitir, através da maior integração UFRR-escola, um melhor conhecimento da realidade da educação básica ao nosso aluno de graduação, para que possa enfrentar de modo mais consciente a realidade do mercado de trabalho.

HISTÓRICO DO PROBLEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal de Roraima possui hoje 9 (nove) cursos de licenciatura, sendo eles: Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Intercultural, Letras, Matemática, Pedagogia e Química.

Embora todas as licenciaturas, exceto a Intercultural, tenham sido criadas nos primeiros anos de existência da UFRR, com a preocupação de formar professores qualificados a atuar no ensino básico, e tenham participado de algumas reuniões esporádicas com o intuito de discutir as práticas de ensino, nunca houve um fórum permanente de discussão entre estas.

Foi a partir da discussão, organização e elaboração do projeto “A formação dos futuros professores: integrando e difundindo o conhecimento produzido nos cursos de licenciatura da UFRR”, submetido e aprovado pelo Programa Prodocência-MEC, em 2007, com a participação dos cursos de Ciências Biológicas, História, Letras, Pedagogia e Química, que se iniciou esse fórum permanente de discussão.

Em uma avaliação das justificativas para o fato da inexistência de ações pedagógicas mais integradas entre os cursos de licenciatura, os professores que participam daquele projeto, chegaram às seguintes conclusões, sobre o que acreditam serem as possíveis causas deste problema: a existência da diferença entre as disciplinas comuns a todas as licenciaturas, tais como Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, Psicologia da Educação e Didática, nas quais há uma possibilidade de diálogo entre as áreas, porque são cursadas por alunos de todas as licenciaturas em turmas mistas e, as disciplinas específicas dos cursos: Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e outras, nas quais o diálogo entre as áreas não ocorre, dificultando a integração entre professores; outra possível causa, pode ser o fato dos professores na época da criação de seus cursos, não terem qualificação-titulação suficiente (grande parte ingressou na UFRR apenas com a graduação e muitos com bacharelado) e experiências anteriores (alguns professores não tinham experiência no ensino superior e, outros, nem no ensino básico) e; também, pela falta de docentes concursados especificamente para atuar na área de formação pedagógica nestes cursos e-ou que tivessem interesse em atuar nessa área.

Com a maturidade no exercício da profissão e, em alguns casos, com uma capacitação (especialização, mestrado ou doutorado) em educação, e

também, com as alterações nos projetos políticos pedagógicos, houve um engajamento maior dos professores dos cursos de licenciatura, dando maior atenção à formação pedagógica do futuro profissional.

A partir do segundo semestre do ano de 2007, os docentes das práticas de ensino dos cursos participantes do Prodocência iniciaram um fórum permanente de discussão, com o objetivo de pensar, de forma integrada, a formação dos professores nas escolas e a produção de materiais didáticos alternativos, assim como, com a preocupação de buscar a regionalização dos mesmos. Neste fórum, em uma das reuniões em fevereiro deste ano, foi veiculado, para discussão, o edital do PIBID. O grupo vislumbrou neste programa a possibilidade de estreitar o diálogo com os professores que atuam nas escolas, tendo melhores condições de construir práticas inovadoras efetivas na formação inicial dos alunos das licenciaturas. Desse modo, estes professores entenderam que deviam propor a Pró-Reitoria a permanência dos cursos, que já vinham discutindo a formação de professores na UFRR, no novo programa, além de propor a integração das outras licenciaturas que não faziam parte do Prodocência.

Dada a necessidade urgente de formação de novos quadros para atuação, principalmente, na área das ciências – haja vista que a maioria dos profissionais formados não tem esse interesse, mesmo que estejam cursando a licenciatura – foram chamados a participar do projeto, os professores dos cursos de física e matemática.

A Licenciatura Intercultural, embora inicialmente tenha participado das reuniões, por ser um curso voltado à formação de professores que já atuam em escolas indígenas, mas que não tem curso superior, ficou de fora do programa por não atender as exigências do edital. O MEC (uma vez consultado) entendeu que a Licenciatura Intercultural já era vocacionada, uma vez que seus alunos, para ingressarem na UFRR, teriam que apresentar, como quesito fundamental, declaração de prática docente em educação indígena.

O curso de Pedagogia, embora participasse ativamente do Prodocência, não pode ser incluído como integrante responsável pela inserção de bolsistas nas escolas em função da opção coletiva de voltar o projeto para o ensino médio, priorizado pelo edital MEC SESU-CAPEL.

O critério para participação no projeto da UFRR, definido pelo grupo, seria o do interesse do curso: em participar deste fórum permanente, a partir da primeira reunião convocada pela Pró-Reitoria de Graduação para discutir o edital do PIBID; em incentivar os seus alunos a atuar como futuros professores da rede pública de ensino básico, através de uma formação pedagógica mais atuante e; em propor, planejar e executar, junto com os bolsistas e supervisores das escolas, propostas inovadoras para o ensino médio, nas quais o contexto local seja considerado.

Neste sentido, apresentamos, a seguir, o histórico de algumas das iniciativas e estruturas de apoio pedagógico de cada uma das licenciaturas que compõem este projeto:

No curso de Ciências Biológicas, inicialmente, os professores responsáveis pela Prática de Ensino preocupavam-se em fornecer meios de planejar, preparar e executar aulas nas escolas, de acordo com os conteúdos curriculares. Com o intuito de envolver o futuro profissional da educação no processo ensino-aprendizagem, estimulando práticas pedagógicas problematizadoras e contextualizadas, que valorizam o

cotidiano do aluno e seu conhecimento empírico, o Laboratório de Ensino de Biologia (LabenBio), foi implantado no início de 2002, com o objetivo de adequar a formação dos futuros professores de Ciências Naturais e Biologia às novas diretrizes curriculares para a educação básica, propostas no final do século XX. O desafio inicial foi sensibilizar os alunos-professores quanto ao seu papel transformador, de forma que lhes foi propiciado conceber e preparar material didático-pedagógico e vivenciar a instrumentalização na produção de material alternativo. Esta estratégia configurou-se, em sua fase inicial, como subsídio para o desenvolvimento de aprendizagem significativa, com caráter multidisciplinar, oportunizando um olhar sobre as problemáticas sociais. Na etapa posterior, preocupou-se em contextualizar o material didático produzido em uma abordagem regional. Além disso, os professores da Prática de Ensino vêm orientando os seus discentes no planejamento, preparação e execução de minicursos, os quais são ministrados pelos alunos-professores nas escolas da educação básica.

Com a implementação do novo Projeto Político Pedagógico a partir de 2006, o quadro de professores atuando diretamente no LabenBio aumentou, uma vez que foram criadas novas disciplinas como Pesquisa em Ensino de Ciências Naturais e Biologia, Gestão Escolar, Instrumentação para o Ensino de Ciências Naturais e Biologia. A obrigatoriedade do aluno em apresentar uma monografia na área de ensino para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na busca de uma proposta que trouxesse a melhoria da qualidade do ensino em Ciências Naturais e Biologia, também faz parte da nova grade do curso, o que permite diagnosticar alguns problemas e criar espaço para reflexão e proposição de novas práticas pedagógicas.

No curso de Física, para se adequar ao artigo 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002, o Departamento de Física da UFRR apresentou um novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física. Neste, um total de 405 (quatrocentas e cinco) horas foi designado à prática docente diretamente nas escolas do Ensino Médio. Distribuído em 3 (três) disciplinas (Estágio Supervisionado I, II e III, oferecidas nos 6º, 7º e 8º períodos, respectivamente) incluem atividades que vão desde a elaboração de projetos pedagógicos, da matrícula e da organização das turmas.

No curso de História, a prática de ensino era trabalhada de uma forma que não estava articulada com as outras disciplinas do curso, acontecendo nos dois últimos semestres e não possibilitando ao alunado uma participação mais efetiva e regular nas escolas. Com o novo Projeto Político Pedagógico do curso, implantado em 2007, a prática de ensino ganhou uma dimensão maior, integrando todos os professores em suas atividades. Desse modo, o curso passou a ofertar disciplinas de prática de ensino desde o primeiro semestre (momento em que os alunos terão contato com as novas metodologias para o ensino de história, com o uso de vários meios para o mesmo, discussões sobre o livro didático e sobre questões relacionadas às políticas educacionais).

O estágio supervisionado também sofreu alterações, passando para quatro disciplinas, e incorporando algumas mudanças que se faziam necessárias tais como: os alunos farão seus estágios em escolas previamente cadastradas pelo Departamento de História e não mais de

forma aleatória, a partir de escolhas pessoais como ocorria anteriormente. Esperamos, dessa forma, termos uma maior interação com as instituições de ensino cadastradas e que possamos, assim, avaliar as experiências dos estagiários com as escolas. Outra mudança implementada no novo PPP diz respeito ao docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado: o professor de Estágio passa a ser o coordenador deste, no entanto, os estagiários terão professores orientadores que os acompanharão na prática docente. Deste modo, o estagiário terá dois professores para fazer o acompanhamento, o que garantirá uma maior discussão da prática, bem como a possibilidade de elaborar estratégias específicas de acordo com os temas escolhidos para desenvolver na escola. Os alunos serão incentivados a elaborar projetos para serem aplicados nos estágios, projetos estes que serão debatidos no semestre anterior com os professores e alunos das escolas em que atuarão, com o professor do estágio e com um professor orientador (que possivelmente será o professor que desenvolve aquele conteúdo na UFRR). Com essas mudanças espera-se que o estágio cumpra a sua função e que tenhamos uma maior interação com as escolas e um maior envolvimento com os professores do curso.

No curso de Letras, em função da pequena quantidade de alunos concluintes por semestre e das características típicas de cursos de língua e literatura, os estágios curriculares dão-se preferencialmente na Escola de Aplicação da UFRR, sendo admitido o estágio em outras instituições, somente quando a quantidade de alunos excede a das turmas disponíveis na E.A.

Em função desta colaboração, os professores de prática de ensino de língua portuguesa trabalharam desde o início do curso, no sentido de o aluno permanecer, no mínimo um ano, em contato com uma mesma sala de aula. A primeira etapa deste contato tem consistido, tradicionalmente, de observação da atuação de um profissional de ensino já formado, anotação crítica, reuniões pedagógicas (entre o professor de estágio, aluno estagiário e professor da turma escolhida para campo de estágio) nas quais as dúvidas do estagiário são sanadas e propostas de alternativa de planejamento são construídas coletivamente. A segunda etapa consiste na apresentação de projeto, adequado ao contexto daquela mesma turma, avaliado nas reuniões pedagógicas citadas anteriormente e reformulado de acordo com as críticas surgidas ao longo do processo. Na terceira, e última etapa, o aluno atua (rege) em sala de aula, por trinta horas, tendo como assistentes/avaliadores o seu professor de estágio e o professor da escola. Após cada aula acontecem mini-reuniões pedagógicas nas quais a atuação do discente-estagiário é avaliada por todos.

Na área de línguas estrangeiras, por outro lado, são admitidos projetos de atuação em outros níveis de ensino que não o médio, em função, por exemplo, da inexistência da disciplina de Francês no nosso mercado de trabalho em Roraima; este problema, acaba por determinar uma atuação dos alunos no formato de extensão, o que aos poucos tem ajudado a modificar o panorama das práticas em Letras.

Apesar destes modos de atuar permanecerem ainda ativos e funcionando desde os primórdios do curso, tem havido, desde a reformulação proposta pela LDB em 1996 e pareceres posteriores, uma variação no entendimento do que possa ser o estágio e a prática

pedagógica de nossos futuros professores. Essas interpretações da lei, aliadas à criação de outras disciplinas de estágio (prática de Ensino em Leitura e Produção Textual e Prática de Ensino em Literatura), têm dado ênfase à possibilidade de oficinas de aprimoramento, construção de material pedagógico, leitura dramática e outras práticas inovadoras que não necessariamente acontecem no contexto de sala de aula, podendo ter como público os próprios professores já graduados.

Para o novo Projeto Político Pedagógico na área de Letras, prevê-se uma diluição do papel do estágio ao longo do curso, entendendo que as habilitações voltadas para as línguas estrangeiras devem, além de capacitar o professor para uma prática pedagógica crítica, estimulá-lo a buscar um maior aprimoramento no seu campo de atuação profissional. Isto equivale dizer que ele deverá estar mais tempo exposto à cultura e aos usos e costumes da língua que estuda. Neste sentido têm-se pensado em convênios (para estágio) em instituições da vizinha Venezuela (espanhol) e da Guiana (inglês). Também na área de literatura e produção textual, tem-se pensado na criação do laboratório de práticas lúdicas e em disciplinas específicas de produção de material didático pedagógico a partir de novas tecnologias.

Quando foi implantado o curso de Matemática em 1990 as aulas de prática de ensino desenvolviam-se da seguinte maneira: durante um semestre o aluno e o professor da disciplina discutiam e planejavam conjuntamente as aulas de conteúdos escolhidos em consenso e depois estas eram ministradas inicialmente apenas para o professor e para os outros alunos da turma, de modo que o aluno obtivesse segurança e confiança. Posteriormente, no semestre seguinte, a prática ocorria nas salas de aula, onde o futuro professor participava como observador das relações entre, claro, alunos e alunos e professores. Ao final do segundo semestre eram ministradas aulas na turma, planejadas pelo professor da disciplina prática, pelo professor orientador em sala de aula e pelo próprio aluno.

No curso de Matemática, nos anos de 1996 a 2003 o Departamento de Matemática obteve um laboratório de ensino que tinha como finalidade principal, aulas de Geometria Plana e Espacial com o uso de objetos concretos e algumas experiências físicas, tais como força e sistema mola-massa, etc. Além disso, era ensinado ao aluno o uso dos softwares: MAPLE, MATLAB, Infelizmente, o uso da informática na prática de ensino deixou de existir, devido a não substituição dos computadores que com o passar do tempo ficaram obsoletos.. Atualmente as disciplinas de Prática de Ensino são ministradas de modo que o aluno trabalhe um semestre no ensino fundamental e um semestre no ensino médio, de forma que o aluno permanece um ano em contato com salas de aulas. Com a construção do novo bloco para os cursos de Ciências Exatas, existe um novo empenho no sentido de estruturar um novo laboratório, inclusive, esperamos que isso ocorra no máximo até 2009.

O curso de Licenciatura em Química foi reconhecido pela Portaria 1381-MEC em 10 de novembro de 1995. Os professores do Curso de Química se preocupam em realizar uma docência que observe as mudanças de paradigmas, a diversidade regional e estimulam o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, consideram como eixos centrais os princípios da contextualização e o desenvolvimento de competências e

habilidades, objetivando a educação integral, preparando os discentes para a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.

Como apoio no alcance desses objetivos, o curso implantou o espaço do laboratório de Práticas de Ensino em 2004, recebendo o título de “Labenquim” e encontra-se em processo de estruturação. A última conquista foi o mobiliário, fruto de esforço de alguns professores que realizaram projetos especiais para arrecadação de recursos.

Com o PIBID estamos buscando fortalecer a união destes cursos, bem como, partir para uma interação maior com as escolas. Entre elas, iniciamos diálogo com as seguintes instituições de ensino médio, que descrevemos a seguir:

Escola Estadual Ana Libória, situada à Avenida Venezuela, número 2398, bairro Mecejana, tem atualmente como diretora a Prof^a Maria Luzia Pinheiro de Melo. A escola oferece ensino médio regular e funciona nos três turnos. Existem 28 turmas de 1º ano, sendo 16, pela manhã, 11, no período da tarde e 01 à noite; 18 turmas de 2º ano, sendo 08, pela manhã, 08 no período da tarde e 02, à noite; e 15 turmas de 3º ano, sendo 06, pela manhã, 06 no período da tarde e 03, à noite. Recebe 1912 alunos: 542, 212 e 206 alunos no 1º, 2º e 3º ano respectivamente, pela manhã; 394, 223 e 138 alunos no 1º, 2º e 3º ano respectivamente, a tarde e 45, 56 e 96 alunos no 1º, 2º e 3º ano respectivamente, à noite. Na instituição, lecionam 09 professores efetivos de matemática, 07 de história, física e português, 06 de biologia e 05 de química. Possui: um laboratório de informática não disponível; um laboratório de ciências com 3 mesas e 12 banquetas, não equipado; uma biblioteca com 03 mesas grandes e 25 cadeiras; um auditório com 110 cadeiras; um ginásio de esportes em fase de acabamento; um pátio coberto e jardim.

Escola Estadual Tancredo Neves, situada à Rua Leôncio Barbosa, número 1186, no Bairro Tancredo Neves, tem atualmente como diretora a Prof^a Maria Elaine Silva Dias. A escola oferece ensino fundamental, médio regular e EJA. O ensino médio regular funciona no período vespertino e noturno, tendo quatro turmas de 1º e 2º ano e três de 3º ano no vespertino e uma no 1º e 2º ano e duas no 3º ano noturno. A escola atende 476 alunos no ensino médio regular: 138, 120 e 93 alunos no 1º, 2º e 3º ano respectivamente, a tarde e 32, 32 e 61 alunos no 1º, 2º e 3º respectivamente, a noite. Na instituição, lecionam para o ensino médio regular, 4 professores efetivos de português, 3 de matemática, história, física e 2 de biologia e química. A escola possui: um laboratório de informática com 6 computadores disponíveis, funcionando no momento e conectados na internet; um laboratório de ciências com bancadas, mas sem banquetas e alguns equipamentos e recursos; uma sala com TV Escola; uma biblioteca grande; um ginásio de esportes coberto grande; pátio coberto e jardim pequeno.

Escola Estadual Hildebrando Ferro Bitencourt, situada na Avenida São Paulo, número 880, no Bairro dos Estados, tem atualmente como diretora a Prof^a Rosileuda Lima Coelho. A escola oferece ensino fundamental, médio regular e EJA. O ensino médio regular funciona no período matutino, tendo duas turmas de 1º, uma de 2º e uma de 3º ano. Recebe 126 alunos no ensino médio regular, sendo que as duas turmas de 1º ano totalizam 53 alunos, enquanto a do 2º ano possui 45 alunos e a do 3º ano, 28. Na instituição, lecionam para o ensino médio regular, 2

professoras efetivas de biologia e 01, em cada uma das outras disciplinas contempladas neste projeto. A escola possui: laboratório de informática com 10 computadores disponíveis, mas sem conexão com internet; laboratório de ciências com mesas, 10 banquetas e alguns equipamentos e materiais de laboratório; uma biblioteca pequena; uma sala de multimeios com TV Escola; um auditório em construção; um ginásio de esportes com uma quadra coberta; um pátio coberto pequeno; algumas árvores plantadas aleatoriamente e um projeto de horta em elaboração.

METODOLOGIA

Optamos por, a título de estratégia/metodologia de trabalho, localizar os alunos bolsistas dos seis cursos de licenciatura sempre nas mesmas escolas, para que haja uma probabilidade maior de que a herança didático-pedagógica do projeto permaneça ali. Este modelo servirá também para que as ações dos bolsistas e supervisores de cada área possam ser melhor compreendidas, visualizadas e adotadas no conjunto da instituição de ensino médio escolhida. Acreditamos que, com uma ação mais concentrada, em poucas escolas, mas simultânea, no que tange aos campos do conhecimento, criamos condições para atingir os objetivos propostos neste programa. Não apenas nas disciplinas da área das ciências exatas e naturais (biologia, física, matemática e química), mas também em disciplinas da área de ciências humanas (história e letras/português), importantes na produção de textos e na compreensão da sua própria realidade.

Nossa preocupação tem como base o relato de uma experiência da Prof^a Nora Ney Santos Barcelos, que envolveu a formação continuada de professores de uma escola pública de ensino fundamental e a formação inicial de licenciandos do Curso de Ciências Biológicas da universidade em que atuava, com uma proposta, em muitos aspectos, semelhante ao PIBID. Destacamos um ponto de suas considerações finais, que enfatiza o que ocorre quando a iniciativa é unilateral, centrada num único indivíduo, correndo-se o risco de perda do investimento: “O fato da saída definitiva da assessora e de algumas lideranças locais ter tido como efeito a quebra do processo de renovação sugere que o coletivo da escola ainda não tinha atingido uma situação grupal de amadurecimento, no qual a liderança pudesse ser exercida de forma rotativa, dependendo da necessidade”. (Barcelos; Villani, 2006, p.92) A diferença fundamental que vemos no PIBID é a possibilidade do trabalho conjunto, o que já seria uma das garantias da continuidade das propostas efetivadas por este projeto. Neste caso, se algum dos integrantes professores supervisores se retirar da escola, os demais manteriam viva a experiência pedagógica vivenciada coletivamente.

Ficou, portanto, estabelecida como estratégia de ação que seriam escolhidas apenas três escolas de Boa Vista e os bolsistas de todos os cursos trabalhariam nestas mesmas instituições. Os professores que já tinham experiência com algumas escolas trouxeram informações sobre elas, sobre a recepção de estagiários das práticas de ensino, sobre a existência de professores formados, nas respectivas áreas de atuação,

entre outras, para que fosse facilitada a seleção. Optamos por trabalhar com realidades diferentes: em uma escola com um grande número de alunos no ensino médio (Ana Libória), com uma escola pequena (Hildebrando Ferro Bitencourt) e com uma de porte mediano (Tancredo Neves); em escolas que atendam públicos diversos, como alunos residentes na periferia; e que tivessem notas relativamente baixas no ENEM. As escolas estaduais, que oferecem ensino médio regular em Boa Vista, tiveram como maior média no Exame Nacional do Ensino Médio de 2007, o valor de 50,79 e, como menor média, o valor de 40,08. As escolas selecionadas para participar do projeto tiveram notas 48,64 (Ana Libória), 41,39 (Tancredo Neves) e 41,37 (Hildebrando Ferro Bitencourt).

Para estreitar a relação com as escolas selecionadas foram feitas, num primeiro momento, visitas aos seus dirigentes para apresentação geral do PIBID e coleta de informações adicionais sobre as instituições que gerenciam. Num segundo momento, visitou-se o grupo gestor e professores para discussão das especificidades do PIBID e da nossa proposta inicial. Como diagnóstico inicial foram levantados: a quantidade de turmas e de alunos nos três anos do ensino médio regular nas escolas; o número e nome dos professores das disciplinas de biologia, física, história, matemática, português e química; os espaços e recursos didáticos extra-classe disponíveis nas escolas.

Serão convidados os professores do Centro de Educação/ Escola de Aplicação da UFRR para colaborar com o projeto no sentido de realizar palestras e cursos de capacitação sobre formação pedagógica e no processo de avaliação das ações do projeto.

Dessa forma, o que apresentamos como proposta ao PIBID será amplamente discutida por todos os envolvidos de modo que não se configure como uma proposta fechada, mas sim possa ensejar mudanças no projeto, que, por certo, não alterarão os objetivos traçados nem, tampouco, os resultados que se pretendem.

Entendemos que a construção coletiva da melhoria da qualidade da educação básica, muito mais que um ato administrativo é um ato de vontade política, não apenas de nossos governantes, como pode sugerir a idéia, mas de todos os envolvidos no ensino. Só será possível quebrar o círculo vicioso em que professores de um nível, acusam os dos demais níveis pelos problemas que encontram, a partir do momento em que todos puderem ser implicados no mesmo processo crítico-reflexivo, que pretendemos iniciar com este projeto.

Ao formar melhores e mais capacitados professores para atuarem no ensino médio os docentes universitários estarão no caminho para a ruptura deste círculo perverso. Ao participarem, porém, do processo de discussão dos problemas, em igualdade de condições com alunos de graduação (bolsistas) e professores do ensino médio (supervisores), estes professores estarão apostando na construção coletiva de um projeto em comum, capaz de superar diferenças e barreiras aparentemente intransponíveis. O resultado desta aliança, com certeza não ficará indiferente ao ensino fundamental: a melhoria em todos os níveis de ensino será apenas uma questão de tempo.

Esta proposta foi criada com o entendimento que é possível ampliar o interesse de parte do alunado das licenciaturas na atuação, enquanto profissionais, a partir de uma perspectiva dialógico-problematizadora.

Entendemos ser possível assim, participar de todas as etapas do planejamento numa escola de ensino médio fazendo críticas e sugestões, não mais como agentes passivos de um programa e currículo, mas com a possibilidade de experimentar, alternativas para o aprimoramento da forma de propor determinados tópicos e conteúdos. Para que seja possibilitado ao aluno este grau de engajamento é fundamental que sejam respeitadas/estimuladas/co-construídas duas vertentes da proposta: o senso de responsabilidade (tornando-o responsável/interessado pelos seus atos e opiniões) e o desejo de participar (proporcionado pela autonomia² que se dá ao aluno, ao respeitar suas opiniões e propostas através do modelo participativo).

Espera-se, deste modo, que o aluno-bolsista ao perceber ser o foco principal das ações do projeto, perceba também sua posição privilegiada junto aos professores envolvidos (tanto os das escolas, quanto os da UFRR), fato que, aliado à percepção de que ele é ouvido, aumentará sua responsabilidade e, conseqüentemente, seu engajamento, autonomia (autoconfiança) e desejo de modificar/problematizar a realidade precária do ensino (realimentando o projeto e as expectativas do nosso próprio alunado com o desejo de exploração de novas realidades).

Por outro lado, do ponto de vista dos professores que atuam nas escolas estaduais envolvidas, entendemos que a valorização do magistério dependerá, em grande parte das ações propostas pelos próprios professores, pela atenção e apoio que lhes forem dados pelo projeto como um todo, pois, ao lhes pedirmos que problematizem o ensino em que atuam, estaremos apontando para a dimensão de seu desejo (de mudança ou permanência) e não para suas obrigações burocrático-pedagógicas, frente às secretarias de escola e à Secretaria de Educação.

Com o surgimento de discussões entre coordenadores, supervisores e bolsistas sobre a realidade dessas escolas e os problemas identificados no processo ensino-aprendizagem destas, a escola será valorizada como um campo de experiência na formação dos futuros professores, diminuindo a distância entre a teoria e a prática tão presente, hoje, nesta formação inicial. Ainda, a partir desta observação, reflexão, discussão da realidade da escola e de seus problemas, espera-se construir experiências metodológicas que promovam a melhoria da qualidade do ensino para os alunos do ensino médio, incentivem os futuros professores a adotar esse tipo de experiência na sua atuação e estimulem os docentes das escolas (e também dos cursos de licenciatura) a modificar sua prática.

Envolvidos indiretamente, nesta ação, estarão todos os professores dos cursos de licenciatura participantes, bem como os discentes, uma vez que os bolsistas levarão para seus cursos suas experiências e inquietações, provavelmente suscitando debates férteis nas aulas das próprias licenciaturas. Diretamente estarão envolvidos: o coordenador geral, os seis coordenadores de área (Letras, História, Biologia, Matemática, Química, Física), 18 professores supervisores (01 de cada área, em cada uma das escolas) em efetivo exercício de regência e 49 bolsistas de iniciação à docência, sendo assim distribuídos, proporcionalmente à quantidade de alunos das escolas (conforme tabela I abaixo):

² Por autonomia entendemos o descrito no texto *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 1996)

Tabela 01. Número de bolsistas distribuídos nas escolas de ensino médio participantes do programa.

Licenciatura	Ana Libória	Tancredo Neves	Hildebrando Bitencourt	Total
Física	04	03	02	09
Química	04	03	02	09
Matemática	04	03	02	09
Biologia	04	03	02	09
Letras	03	02	02	07
História	02	02	02	06
TOTAL	21	16	12	49

O campo das ciências, pela escassez de profissionais formados, terá maior número de bolsistas, uma vez que, uma das metas pretendidas no edital do PIBID é a formação e o estímulo à docência nesses campos. A área de Letras terá um bolsista a mais que a área de História, em função da maior carga horária de Língua Portuguesa e Literatura no desenho curricular das escolas de ensino médio. Serão lotados mais alunos bolsistas na Escola Ana Libória (21), em função do maior número de alunos e turmas; na Escola Tancredo Neves (16); na Escola Hildebrando Bitencourt (12).

Uma vez que, pelo menos, dois bolsistas de cada licenciatura estarão atuando na escola, serão selecionados, quando possível, numa proporção equilibrada em termos de permanência na UFRR, alunos em fase final e inicial do curso. Essa proporção se pauta pela seguinte justificativa: os alunos em fase final, por estarem mais maduros e pela qualidade de conhecimento que detém; e os iniciantes, uma vez que estes poderão continuar trabalhando no projeto até o final do curso, partilhando suas experiências com novos bolsistas, que, porventura, integrem o projeto *a posteriori*, para que, desse modo, não se perca o diálogo com os professores e alunos das escolas.

Os bolsistas não terão um limite de tempo máximo de permanência no projeto, mas poderão ser desvinculados do mesmo, caso venham a ser reprovados mais de uma vez em disciplinas do campo didático-pedagógico, apresentem problemas de pontualidade e assiduidade e/ou não exerçam suas atividades especificadas no projeto.

Caso haja alguma desvinculação pelos motivos expostos anteriormente, ou caso, o bolsista deixe de se matricular no curso ou finalize a sua graduação, será realizada nova seleção de bolsista, com os mesmos critérios estabelecidos adiante.

Serão privilegiadas as turmas em que atue o supervisor, para intervenção direta nas atividades curriculares de sala de aula, podendo ser desenvolvidas outras ações (extensivas e/ou de pesquisa) que atinjam o maior número possível de alunos de ensino médio da escola e, a longo prazo, surtam efeito também sobre os demais níveis de ensino.

Subprojetos vão caracterizar a formação do professor a partir de sua área de formação (português, biologia, física, química, matemática,

história), sem perder de vista as possibilidades abertas pela integração interdisciplinar proposta, nem as dificuldades dos próprios cursos: falta de professores, metodologias impróprias ou defasadas, conteúdo descontextualizado, metodologias específicas, entre outros.

Do ponto de vista da construção coletiva de metas, objetivos e propostas pretendemos, a partir de diagnóstico conjunto (escolas e áreas do conhecimento envolvidas), propor metas que contemplem as necessidades de ambas as instituições, tanto no que tange ao estímulo à formação docente dos licenciados, quanto das necessidades específicas das escolas. Esperamos, com o método dialógico-problematizador disseminar a reflexão e a construção de práticas docentes contextualizadas em todos os níveis de ensino.

Da ampla discussão, com os cursos envolvidos, foram estabelecidas algumas ações para a própria elaboração do projeto e que, portanto serão iniciadas e algumas até finalizadas, antes do início de execução do programa em si e outras que serão planejadas e replanejadas ao longo da execução do projeto.

As ações deste projeto contemplarão um **planejamento, diagnóstico, observação, reflexão, avaliação**, replanejamento, ação, observação, reflexão, avaliação, replanejamento e assim sucessivamente, formando uma espiral amplificadora.

Prevêem-se quatro etapas, a saber: elaboração do projeto institucional da UFRR de forma integrada com os subprojetos das licenciaturas envolvidas; construção de uma parceria colaborativa entre todos os participantes do projeto; ações pedagógicas nas escolas que resultarão na espiral amplificadora à medida que o projeto estiver sendo executado; sistematização das ações executadas nas etapas anteriores com a divulgação e publicação dos resultados.

As etapas acontecerão simultaneamente, exceto parte da primeira que diz respeito à construção inicial do projeto (até a sua aprovação). As ações de cada etapa não serão sequenciais, sendo que muitas acontecerão do início ao final do projeto.

A primeira etapa consiste da construção da elaboração do Projeto Institucional da UFRR de forma integrada aos subprojetos dos cursos de licenciaturas participantes. Para tanto foram realizadas as seguintes ações:

- a) Discussão ampla sobre questões relacionadas à educação, prática de ensino, relação universidade/escola, teoria e prática, metodologias alternativas de ensino, a importância do lúdico no ensino, dentre outras que se mostraram pertinentes durante o processo;
- b) Seleção das escolas, iniciação/ampliação da relação entre a UFRR e estas escolas que participarão deste projeto e diagnóstico inicial;
- c) Diálogo com os professores da Escola de Aplicação da UFRR, assim como com os do CEDUC, para reflexão sobre as ações propostas;
- d) Sistematização das questões discutidas e dos diagnósticos das escolas;
- e) Elaboração do projeto institucional da UFRR para execução do PIBID.

A partir da etapa 2 “Construção de uma parceria colaborativa” as ações só poderão ser desenvolvidas caso o projeto seja aprovado. Estão previstas aqui oito ações e modos/ método para efetivá-las. Cada qual será assinalada de “2.a” a “2.h”.

Ação 2.a: Convite diferenciado

Os integrantes do programa PRODOCÊNCIA vão organizar um evento chamado I Seminário de Integração de Práticas Docentes nos dias 08, 09 e 10 de setembro. Provavelmente, os supervisores e bolsistas do PIBID ainda não terão sido selecionados nesta data. Mesmo assim, serão realizadas visitas nas escolas participantes e nas licenciaturas envolvidas no projeto, com o intuito de divulgar e chamar os professores e licenciandos a participar deste evento e iniciar o processo de parceria. Na ocasião serão oferecidos mini-cursos/ oficinas, stands, grupos de trabalho com temas de interesse e inovações na área de ensino, que subsidiarão ações pedagógicas do PIBID.

Ação 2.b: Seleção dos professores supervisores e bolsistas

Após a aprovação do projeto será lançado um edital para selecionar os bolsistas dos cursos participantes. Neste edital constarão os objetivos do programa, a carga horária de trabalho no projeto, as obrigações dos alunos, os documentos necessários para efetuar a inscrição, prazos, documentos e locais para fazer a inscrição e a seleção.

A UFRR tem recebido, nas licenciaturas, atualmente, alunos mais jovens do que os que recebia antes, mas a grande maioria, com necessidade de conseguir um emprego não pode permanecer dedicado exclusivamente aos seus estudos. São poucos os “estudantes-profissionais”, ou seja, aqueles alunos que permanecem, a maior parte do seu dia, exercendo atividades para a sua formação, seja em sala de aula, laboratórios, grupos de pesquisa, grupos de estudo, atividades culturais, entre outras. Os professores da UFRR encontram dificuldades para selecionar bolsistas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) porque os critérios estabelecem que os alunos não podem ter vínculo empregatício e estipulam um número relativamente baixo de reprovações no histórico escolar (incluindo as reprovações por falta), o que pode vir a acontecer neste programa, dependendo dos critérios adotados.

Pensando nestas dificuldades e entendendo a relevância da formação de professores engajados na melhoria da qualidade de ensino, estabelecemos os seguintes critérios mínimos para seleção dos bolsistas de todos os cursos de licenciatura participantes:

- não possuir vínculo empregatício e/ou não receber bolsa de outros programas da universidade;
- ter tempo disponível para atuar no programa, sem prejuízo de suas atividades discentes regulares;
- ser aluno matriculado entre o 3º e penúltimo semestre do curso, incluindo estes;
- não apresentar nenhuma reprovação por nota, nas disciplinas do campo didático-pedagógico (se já as tiver cursado);
- ser brasileiro ou possuir visto permanente no País;

estar em dia com as obrigações eleitorais;
estar apto a iniciar as atividades relativas ao projeto, tão logo ele seja aprovado;
apresentar uma carta de motivação para trabalhar no projeto, com sugestões de proposta de suas ações.

Será dada a preferência para alunos oriundos da escola da rede pública e/ou de família com baixa renda.

O conteúdo da carta de motivação será utilizado como critério de classificação na seleção.

Cada curso terá, ainda, critérios específicos para a seleção dos bolsistas. Os critérios de desempate, também, serão estabelecidos nos sub-projetos das áreas.

No caso da seleção dos supervisores, em escolas com mais de um professor atuando na mesma disciplina no ensino médio, será realizado um teste sociométrico para a seleção. Este teste constará de questionário de caráter subjetivo no qual o professor discorrerá sobre seus colegas de área. A partir da leitura dos depoimentos de cada um dos participantes sobre os demais concorrentes, em questões específicas sobre assiduidade, interesse, mobilização, carisma, disponibilidade, entre outras, saber-se-á quais serão mais citados negativa ou positivamente e poder-se-á propor aquele que obtiver mais citações positivas como o supervisor daquela área. Serão consideradas importantes as seguintes características para selecionar o supervisor:

- ter carisma e liderança entre seus colegas de disciplina na escola (para poder ampliar o poder de penetração do programa entre os demais professores do mesmo campo, difundindo-o pela escola)

- ter interesse na melhoria do ensino, ser permeável a críticas e saber fazê-las de modo não ofensivo;

- aceitar trabalhar em grupo, recebendo e fornecendo críticas dos/aos estagiários que supervisionará, em condições quase igualitárias;

- ser formado (a) na área, preferencialmente ser licenciado (a) e não bacharel;

- estar de acordo com as diretrizes primárias do programa;

- ser professor efetivo da escola e estar em exercício efetivo de sala de aula;

- estar em dia com suas obrigações civis e militares (voto, alistamento, fisco, etc...).

Em caso de desempate, será selecionado o professor que atender às características apresentadas nesta ordem:

- dispor de mais tempo de exercício antes da aposentadoria;

- estar no exercício da função na mesma escola há mais tempo que os colegas;

- obter a recomendação da direção pedagógica da escola e/ou da direção geral (somente na ausência de coordenação/direção pedagógica).

Ação 2.c: Encontro dos Participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Após todos os bolsistas e supervisores terem sido selecionados será realizado um evento ao longo de um dia, no final de semana, com o

objetivo de apresentar e integrar os participantes do projeto, sendo feita a leitura do projeto por todos, discutida a importância da inserção dos diferentes integrantes nos diferentes locais de trabalho e a formação de grupos mistos, assim como por áreas de conhecimento específicas.

Ação 2.d: Inserção dos bolsistas nas respectivas escolas que irão atuar

Os bolsistas serão inseridos nas escolas participando do cotidiano: reuniões pedagógicas, momentos de lazer, momentos festivos, momentos esportivos e dentro da sala de aula como observadores críticos. Neste momento, o bolsista quase não intervirá no cotidiano escolar, mas ele deverá estar atento, observando todos os acontecimentos e fazendo registros diários dessas observações. A cada semana, os bolsistas se reunirão com o coordenador da licenciatura, trarão seus registros diários e farão uma análise e reflexão sobre estes.

Ação 2.e: Inserção dos supervisores nas discussões previamente iniciadas pelos professores da UFRR

Os supervisores serão inseridos no fórum de discussão dos coordenadores para que se possa planejar ações pedagógicas inovadoras e possíveis de serem realizadas nas escolas. Serão realizadas reuniões mensais com a coordenadora institucional, o coordenador de área e os supervisores. Na primeira reunião, os coordenadores farão um relato sucinto de como vem acontecendo este fórum, apresentarão as realidades de seus cursos e convidarão os professores das escolas a fazer o mesmo. Em reuniões posteriores, a partir do que foi relatado pelos supervisores, serão discutidos temas que permitam uma reflexão e uma proposta pedagógica adequada ao contexto das escolas.

Ação 2.f: Planejamento e execução do ciclo de palestras “Os cursos de graduação da UFRR sob a visão de seus alunos”

Ao iniciar a inserção na escola, o aluno já começará a planejar junto com a comunidade desta um evento para a apresentação dos cursos de graduação para os alunos do ensino médio que logo irão prestar exame vestibular. Os bolsistas irão, com o auxílio do supervisor, planejar o melhor momento de fazê-lo durante o 1º semestre letivo (antes da abertura de inscrições para o vestibular) e, com o auxílio dos coordenadores de área, convidar alunos dos cursos de graduação (que poderão ser alunos participantes de PET, PIBIC ou de Diretório Acadêmico ou aluno que possua uma vivência grande dentro do curso) a prepararem uma apresentação sobre como estes percebem seu curso e suas perspectivas de futuro profissional.

Ação 2.g: Cursos de capacitação para os bolsistas

Como provavelmente teremos alunos de diferentes períodos, faremos curso de capacitação para tratar de questões pedagógicas amplas (diversidade cultural, relação aluno x professor, recursos didáticos, função da escola e do professor, entre outras) e da metodologia de execução do projeto (registro diário, leituras críticas, reflexões, entre outras) para todos os bolsistas conjuntamente e para tratar de questões específicas do processo ensino-aprendizagem de cada área de conhecimento para os bolsistas de cada licenciatura separadamente. Estes cursos ocorrerão no

período de recesso escolar para que todos possam participar no horário a ser definido.

Ação 2.h: Formação continuada para os professores supervisores

A partir da inserção dos supervisores nas discussões e através de suas reflexões e análise, será possível sistematizar as possíveis lacunas no seu conhecimento de conteúdo específico ou de formação pedagógica. Serão então, propostas oficinas para formação continuada no período de recesso escolar.

A partir da etapa 3 “Ações pedagógicas nas escolas” serão desenvolvidas ações mais “concretas” com as turmas de alunos do ensino médio das escolas. Esta etapa será melhor desenvolvida, a partir do sucesso da etapa 2, ou seja a partir do momento em que for construída a base de uma parceria colaborativa entre os professores coordenadores dos cursos de licenciatura da UFRR, os professores supervisores das 3 escolas de ensino médio, os bolsistas de iniciação à docência dos cursos de biologia, física, história, letras, matemática e química e os alunos do ensino médio das 3 escolas participantes. Estão previstas aqui as quatro primeiras ações (ação “3.a” a “3.d”) com os modos/ métodos para efetivá-las, lembrando que após a finalização destas quatro primeiras, serão sempre propostas novas ações dentro da espiral amplificadora descrita acima.

Ação 3.a: Sistematização dos diagnósticos, observações, reflexões e avaliações das etapas anteriores

Durante o quarto mês de vigência do projeto, será realizada a sistematização de todos os diagnósticos já feitos, dos registros diários dos bolsistas nas escolas, das reuniões semanais com o coordenador, das ações com os supervisores, das reuniões dos coordenadores com os supervisores, das reuniões mensais dos coordenadores das licenciaturas com a coordenadora institucional, com as reflexões e avaliações de todos os integrantes e, conseqüente, surgimento de propostas de ações nas escolas.

Ação 3.b: Planejamento das ações pedagógicas dos bolsistas para as escolas conveniadas, envolvendo professor orientador, professor supervisor e bolsistas

Com o levantamento de propostas a serem trabalhadas nas escolas, será feito o planejamento da primeira ação pedagógica a ser desenvolvida pelos bolsistas com os alunos do ensino médio. Esta será pensada de forma integrada por todas as disciplinas/licenciaturas incluídas no projeto, mas é claro, contemplarão aspectos específicos de cada área (quando houver esta necessidade). As propostas pedagógicas deverão considerar o lúdico, a contextualização do ensino e a inserção de novas tecnologias para os alunos do ensino médio. Poderão ser realizadas oficinas e mini-cursos extra-classe, os quais poderão contemplar todos os alunos de ensino médio da escola. Poderão ser realizadas atividades em laboratórios de ciências, sala de multimeios e sala de informática, trazendo recursos didáticos extra-sala de aula. Poderão ser elaboradas feiras de ciências e cultura, gincanas e/ou outras ações de caráter científico, cultural e/ou

recreativo. Mas, como dito anteriormente, a delimitação dessas ações apenas ocorrerá em conjunto com todos os integrantes e após diagnóstico e discussões sobre a necessidade e a viabilidade das mesmas.

Ação 3.c: Execução da proposta pedagógica planejada

Os bolsistas executarão a ação pedagógica planejada pelos coordenadores, supervisores e por ele mesmos e deverão sempre registrar os momentos vivenciados na escola, ao final do dia de trabalho. A ação deverá ser supervisionada pelo professor da escola participante do projeto. Ao executar a ação o bolsista deverá perceber a recepção e o entendimento dos alunos, devendo sempre levar em conta a diversidade social e cultural do grupo de alunos (ainda que se trate de um grupo de professores, numa oficina de produção de material didático, por exemplo), e ao avaliar, se necessário, replanejar a sua ação. O replanejamento da atividade (assim como de sua seqüência) deverá obedecer ao princípio dialógico da crítica e da auto-crítica, incorporando sugestões e propostas dos alunos. Mas nosso bolsista não será um mero executor. Sua função será sempre mais crítica do que executiva³, especialmente no que tange ao contexto. Por estarmos tratando de uma realidade extremamente móvel e diversa, acreditamos ser de fundamental importância que nosso bolsista possa modificar o planejado, em função da avaliação constante que fará do contexto, aprendendo na prática da sala de aula, o que a teoria não pode ensinar. Deste modo acreditamos ser possível quebrar o tabu de que apenas o planejamento rígido e prévio das atividades (quase sempre ditado pelas Secretarias de Educação) tem vez na escola.

Ação 3.d: Reflexão e avaliação da ação pedagógica

Ao final de uma ação pedagógica, os bolsistas deverão fazer uma reflexão e avaliação desta, junto com o supervisor, o coordenador, os “alunos” daquela atividade específica e através da análise de seus registros diários. Dessa avaliação, será planejada a próxima ação pedagógica tentando-se minimizar as possíveis dificuldades encontradas na anterior. Toda e qualquer contribuição crítica, mesmo aquela entendida como negativa, deverá ser registrada para efeito de posterior reanálise. Por se tratar de metodologia dialógico⁴(crítico)-problematizadora o quesito avaliação não será apenas pontual, estando presente em todas as etapas da atuação. O aluno bolsista, assim como os demais integrantes do projeto, deverão estar constantemente preocupados em reavaliar condições específicas e gerais, admitir críticas e propor rumos em função destas. Não se pretende distinguir aqui, em espaço tão exíguo, o modelo teórico de avaliação a ser adotado, mas acreditamos que a metodologia proposta poderá se configurar numa forte barreira às práticas pedagógicas punitivas, inclusive quando estas são empregadas a título de estímulo à participação.

A partir da etapa 4 “Sistematização das ações” serão desenvolvidas ações que poderão mudar o cenário da educação no ensino médio em

³ Concordamos com Pedro Demo (2004) sobre o fato de que nossos alunos não podem apenas “reproduzir” (Bourdieu & Passeron;) o que aprendem, mas devem saber avaliar com a devida autonomia, para saber propor soluções, seja na área de ensino, seja em outras profissões.

⁴ Nos aproximamos aqui do conceito de dialética proposto por Gadotti já na década de 80 (1983).

Roraima. Esta etapa irá contemplar a divulgação de todo o trabalho realizado nas etapas anteriores, seja em apresentações nas escolas de Roraima, seja em apresentações em eventos de educação e/ou científicos, seja na publicação de artigos, seja na publicação de livros. Estão previstas quatro ações (ação “4.a” a “4.d”) com os modos/ métodos para efetivá-las.

ação 4.a: Sistematização de todas as ações executadas no projeto

Todas as ações em todas as etapas terão sido registradas na época em que aconteceram. Ao final de cada semestre, serão elaborados relatórios parciais com a sistematização desses registros e ao final dos dois anos será elaborado o relatório final. Cada ação deverá ser registrada de modo que relate a ação efetivamente ocorrida, as pessoas que participaram da mesma, as dificuldades encontradas, as críticas, os avanços, os resultados observados. Espera-se com este registro, não apenas contribuir na elaboração de um banco de dados crítico em relação às práticas pedagógicas em nossas licenciaturas, como oportunizar aos profissionais de ensino de outras instituições a possibilidade de reflexão sobre problemas e impasses comuns nas mesmas áreas, ampliando o leque de influências do projeto. A criação de um banco de dados desta natureza poderá ainda, servir de reforço no sentido de estimular a reflexão, através da pesquisa, de outros profissionais do ensino superior, sobre o fazer pedagógico, podendo influenciar, deste modo, o ensino nas licenciaturas envolvidas.

ação 4.b: Realização de Seminário de Avaliação do PIBID

A cada ano, será realizado um seminário de avaliação do PIBID, com a presença de todos os integrantes, bolsistas, supervisores e coordenadores. Serão convidados a participar as pessoas que participaram do projeto, tais como alunos das escolas, diretores, supervisores e demais professores das escolas integradas, professores e alunos das licenciaturas. Nesse seminário, serão apresentadas algumas ações realizadas pelos bolsistas.

ação 4.c: Divulgação dos resultados do projeto

Sempre que houver oportunidade, o projeto e seus resultados serão divulgados através da apresentação de trabalhos, comunicações, palestras, mini-cursos ou conferências em eventos regionais e nacionais na área de ensino, tais como os promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pela Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), bem como, nos eventos específicos de cada área de conhecimento.

Ação 4.d: Publicação de um livro com as experiências vivenciadas pelos participantes do projeto

Serão selecionadas algumas experiências que tenham sido mais enriquecedoras, pelo seu sucesso, ou eventual fracasso, avaliados criticamente, para compor um livro que tenha como objetivo incentivar ações pedagógicas integradoras e inovadoras nas escolas de ensino médio.

CRONOGRAMA

(o nome das ações está resumido; para saber o nome completo e a metodologia, ler a metodologia descrita acima)

Ações	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
Seleção de bolsistas	1																								
Encontros PIBID-UFRR																									
Inserção do grupo																									
Cursos de capacitação																									
Formação continuada																									
Ciclo de palestras sobre os cursos da UFRR																									
Ações pedagógicas nas escolas (*)																									
Redação dos relatórios parciais																									
Apresentação de trabalhos em congressos (**)																									
Publicação do livro																									

*- aqui estão incluídos todos os itens da etapa (planejamento, diagnóstico, observação, reflexão, avaliação)

** - devido a impossibilidade de prever a data exata dos eventos (gerais e de cada área) e a aceitação dos trabalhos a serem inscritos, fica prevista uma margem de doze meses após o primeiro ano de vigência do projeto para estas apresentações.

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS E FONTE FINANCIAMENTO

ITEM	VALOR (R\$)	VALOR TOTAL (R\$) (2 ANOS)	FONTE RECURSO
Bolsas mensais aos coordenadores da UFRR	8.400,00	201.600,00	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Bolsas mensais aos supervisores das Escolas Estaduais de Ensino Médio	10.8 00,00	259.2 00,00	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Bolsas mensais de iniciação à docência aos alunos de Licenciatura em Biologia, Física, História, Letras, Matemática e Química	14.7 00,00	352.8 00,00	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Custeio anual para os sub-projetos das 6 (seis) licenciaturas	90.0 00,00	180.0 00,00	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Valor total		993.600,00	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, N.N.S.; VILLANI, A. Troca entre Universidade e escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. *Ciência & Educação*, v.12, n.1, p. 73-97, 2006.

DEMO, P. *Universidade, aprendizagem e avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação*. 2ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

NUNES, L.C. *Perspectivas de interdisciplinaridade nos cursos superiores*. Rio de Janeiro: Sotese, 2001.